

Medida Provisória nº 763, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

Explicação da Ementa:

Esta Medida Provisória possibilita o saque de conta inativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de contrato de trabalho extinto até 31-12-2015, sem que seja observada a exigência do trabalhador estar 3 anos ininterruptos fora do regime do FGTS; e autoriza a distribuição de parte do lucro do fundo com os trabalhadores, de maneira a destinar 50% do resultado alcançado pelo FGTS em cada exercício às contas vinculadas.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Sistema Financeiro Nacional**Data de Leitura:** -

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada na íntegra**Último local:** 24/05/2017 - Plenário do Senado Federal (Coordenação de Arquivo)**Destino:** À promulgação**Último estado:** 26/05/2017 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA**Matérias Relacionadas:**

Requerimento nº 1 de 2017

Requerimento nº 2 de 2017

Requerimento nº 3 de 2017

Requerimento nº 4 de 2017

Relatoria:

CMMPV 763/2016 - (Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de

Relator(es):

Senador Ataídes Oliveira (encerrado em 11/05/2017 - Deliberação da matéria)

Deputado Federal Daniel Coelho (Relator Revisor) (encerrado em 11/05/2017 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

02/06/2017 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e Arquivado.

TRAMITAÇÃO

31/05/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 278, de 31/05/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria (fl. 196).

Ao Arquivo.

31/05/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN nº 238, de 30/05/17, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem CN nº 22/17, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, comunicando a aprovação da Medida Provisória e sua publicação como Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017 (fls. 191 a 194).

Remetido Ofício CN nº 239, de 30/05/17, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, participando a promulgação da matéria, bem como o envio do texto promulgado para o Arquivo daquela Casa (fl. 195).

29/05/2017 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da presente matéria, transformada na Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017 (DOU de 26/06/2017).

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Ao arquivo.

Publicado no DCN Páginas 983

29/05/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários.

26/05/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À SLCN, a pedido.

26/05/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (CN) MESA.
PROMULGADA. LEI 13.446 DE 2017.
DOU (Diário Oficial da União) - 26/05/2017 - Seção I - pág. 00002.
Promulgada em 25/05/2017.

25/05/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 187 e 188).

25/05/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: APROVADA

Ação: Discussão encerrada.
Aprovados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária e de pertinência temática.
Aprovada a medida provisória, nos termos do parecer.
À promulgação.

TRAMITAÇÃO

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 316-318

Publicado no DSF Páginas 36-37

24/05/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 25/5/2017.

Discussão, em turno único.

24/05/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Recebimento do Ofício nº 499/2017/SGM-P, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação do Senado Federal, a presente matéria.

Comunicação ao Plenário que o prazo de vigência da matéria esgotar-se-á em 1º de junho de 2017.

A matéria será incluída na ordem do dia de amanhã (25/05/2017).

Publicado no DSF Páginas 135-141

Publicado no DSF Páginas 63

24/05/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Aguardando leitura no Senado Federal.

24/05/2017 Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Encaminhada ao Senado Federal.

24/05/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 499/17/SGM-P.

23/05/2017 PLEN - Plenário

Ação: Discussão em turno único.

Discutiram a Matéria: Dep. Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM), Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), Dep. Pepe Vargas (PT-RS), Dep. Marcon (PT-RS), Dep. Robinson Almeida (PT-BA), Dep. Zé Carlos (PT-MA), Dep. Afonso Florence (PT-BA), Dep. Caetano (PT-BA) e Dep. Miro Teixeira (REDE-RJ).

Encerrada a discussão.

Atingido o quórum regimental, passa-se à votação.

Votação do Requerimento da Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), que solicita o adiamento da votação por duas sessões.

Encaminhou a Votação o Dep. Ságuas Moraes (PT-MT).

Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelos Deputados Glauber Braga, Líder do PSOL; Ságuas Moraes, na qualidade de Líder do PT; e José Carlos Aleluia, na qualidade de Líder do DEM; em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

Rejeitado o Requerimento. Sim: 11; não: 264; total: 275.

Votação do Requerimento do Dep. Daniel Almeida, na qualidade de Líder do PCdoB, que solicita votação nominal para o Requerimento de votação artigo por artigo.

Encaminharam a Votação: Dep. Delegado Edson Moreira (PR-MG) e Dep. Assis Melo (PCdoB-RS).

Rejeitado o Requerimento.

TRAMITAÇÃO

Votação do Requerimento da Dep. Erika Kokay, na qualidade de Líder do PT, solicitando - nos termos do § 4º do artigo 185 do RICD - verificação da votação, antes do decurso do interstício de uma hora, para o Requerimento de votação artigo por artigo. Encaminhou a Votação o Dep. Paulo Pimenta (PT-RS).
Rejeitado o Requerimento.

Votação do Requerimento da Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), que solicita votação artigo por artigo. Encaminhou a Votação o Dep. Ságuas Moraes (PT-MT).
Rejeitado o Requerimento.

Encaminharam a Votação: Dep. Delegado Edson Moreira (PR-MG) e Dep. Pepe Vargas (PT-RS).
Votação da admissibilidade do destaque simples.

Verificação da votação, solicitada pelos Deputados Glauber Braga, Líder do PSOL; Alice Portugal, Líder do PCdoB; Delegado Edson Moreira, na qualidade de Líder do PR; e Alberto Fraga, na qualidade de Líder do DEM; em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitada a Admissibilidade", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

Rejeitada a admissibilidade do destaque simples. Sim: 6; não: 286; abstenção: 4; total: 296.

Votação preliminar em turno único.

Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

Votação do Requerimento da Dep. Benedita da Silva, na qualidade de Líder do PT, que solicita a votação das Emendas uma a uma.

Encaminhou a Votação o Dep. Henrique Fontana (PT-RS).
Rejeitado o Requerimento.

Votação, quanto ao mérito, em turno único.

Votação das Emendas de nºs 1 a 40, com parecer pela rejeição.

Rejeitadas as Emendas.

Aprovada a Medida Provisória nº 763 de 2016, ressalvados os destaques.

Retirado o destaque da bancada do PT, para a votação em separado da Emenda nº 8 - DTQ 3.

Retirado o destaque da bancada do PT, para a votação em separado da Emenda nº 9 - DTQ 4

Votação da Emenda nº 8, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PCdoB - DTQ 5.

Encaminhou a Votação o Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA).

Verificação da votação, solicitada pelos Deputados Alice Portugal, Líder do PCdoB; Baleia Rossi, Líder do PMDB; e Glauber Braga, Líder do PSOL; em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitada a Emenda", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

Rejeitada a Emenda nº 8. Sim: 40; não: 261; abstenção: 1; total: 302.

Votação do §7º do art. 13 da Lei 8036/90, constante do art. 1º da MPV 763/16, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT- DTQ 2.

Encaminhou a Votação a Dep. Erika Kokay (PT-DF).

Adiada a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.

Continuação da votação em turno único.

Votação do Requerimento da Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), que solicita a retirada de pauta desta Medida Provisória.

Encaminhou a Votação a Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA).

Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelos Deputados Alice Portugal, Líder do PCdoB; Glauber Braga, Líder do PSOL; e Pauderney Avelino, na qualidade de Líder do DEM, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.

Rejeitado o Requerimento. Sim: 18; não: 257; abstenção: 1; total: 276.

Votação do §7º do art. 13 da Lei 8036/90, constante do art. 1º da MPV 763/16, objeto do destaque para votação em separado da bancada do PT- DTQ 2.

Mantido o texto.

Retirado o destaque da bancada do SD, para a votação em separado da Emenda nº 25 - DTQ 1.

Votação da Redação Final.

Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Daniel Coelho (PSDB-PE).

A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado (MPV 763-A/2016).DCD de 24/05/17, PÁG 217 COL 01.

17/05/2017 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

16/05/2017 PLEN - Plenário

Ação: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

TRAMITAÇÃO

15/05/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Leitura do recebimento do Ofício nº 217/2017, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 763/2016 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 15/05/2017 - 15h59min - 114ª Sessão).

12/05/2017 CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ação: Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 13/05/17 PÁG 218 COL 01.

12/05/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Ao Plenário, para leitura. Publique-se.

11/05/2017 MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Ação: Aprovado o Parecer n. 1/2017, da comissão mista, pela aprovação da Medida Provisória na forma proposta pelo Poder Executivo. Recebido o Ofício nº 217/2017, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 763/2016. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 40(quarenta) emendas e que a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2016-CN, que conclui pela admissibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 763/2016, e, no mérito, pela sua aprovação, restando rejeitadas as emendas apresentadas. Recebida a Mensagem nº 694/2017, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 763/2016. Recebido o Parecer nº 1, de 2017-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV 763/2016, que conclui pela admissibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 763/2016, e, no mérito, pela sua aprovação, restando rejeitadas as emendas apresentadas.

11/05/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício CN nº 217, de 11/05/17, encaminhando o processado da presente Medida Provisória ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32. (fl.176).

À CD.

11/05/2017 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 18/05/2017)

Publicado no DCN de 18/05/2017 o Parecer nº 1, de 2017-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela sua aprovação. À Câmara dos Deputados.

Publicado no DCN Páginas 134-141

11/05/2017 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação, no Diário do Congresso Nacional de 11/05/2017, do Parecer nº 01, de 2017, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela sua aprovação.

***** Retificado em 11/05/2017*****

À Secretaria de Atas e Diários para publicação, no Diário do Congresso Nacional de 18/05/2017, do Parecer nº 01, de 2017, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela sua aprovação.

11/05/2017 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntadas as páginas contendo a tramitação da matéria na Comissão Mista (fls. 154 a 159), a Ordem do Dia do Congresso Nacional com a composição da Comissão Mista (fls. 160 a 162), e os seguintes ofícios de substituição (fls. 163 a 175):

- Ofício nº 018, de 2017, do PSB - CD (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 022, de 2017, do PSDB - SF (CMMPV 763/2016);
- Memo nº 19, de 2017, do Bloco Socialismo e Democracia - SF (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 33, de 2017, do DEM - CD (CMMPV 763/2017);
- Ofício nº 125, de 2017, do PSDB - CD (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 16, de 2017, do Bloco PTB/PROS/PSL/PRP - CD (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 157, de 2017, do PR e PSC - CD (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 47, de 2017, do Bloco Moderador - SF (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 114, de 2017, do Bloco PP/PHS/PTN/PTdoB - CD (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 11, de 2017, do Bloco Parlamentar Democracia Progressista - SF (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 42, de 2017, do PT - CD (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 38, de 2017, do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - SF (CMMPV 763/2016);
- Ofício nº 78, de 2017, do PMDB - SF (MPV 763/2016).

11/05/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Realizada a 4ª Reunião da Comissão Mista.

Aprovado o Relatório do Senador Ataídes Oliveira, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 763, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, restando rejeitadas as emendas apresentadas.

Aprovada a ata da 4ª Reunião e das reuniões anteriores.

À SLCN.

(anexados: convocação, lista de presença, decisão da comissão, e atas das reuniões às fls. 145 a 153).

09/05/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista. Lido o Relatório do Senador Ataídes Oliveira. Concedida vista coletiva da matéria.

A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 11 de maio de 2017.

(anexo Relatório às fls. 139 a 144)

09/05/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido Relatório do Senador Ataídes Oliveira.

04/05/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 9 de maio de 2017.

04/05/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Realizada a 3ª Reunião da Comissão Mista.

É realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: Felipe Miranda, Técnico do DIEESE/Fenae; Valter Gonçalves Nunes, Diretor Executivo de Fundos da Caixa Econômica Federal; Alexandre Ferraz, Assessor Técnico da CUT; e Maria Rita Serrano, Conselheira Suplente Representante dos Empregados do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal.

(anexados: convocação, lista de presença, e Ofícios nºs 002 a 005/MPV 763-2016 às fls. 131 a 138).

02/05/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 4 de maio de 2017.

TRAMITAÇÃO

02/05/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.
Os Requerimentos nº 1, 3 e 4 são retirados pela autora. Fica atendido o Requerimento nº 2. (anexada lista de presença às fls. 129 a 130).

27/04/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 2 de maio de 2017.

27/04/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: A Reunião convocada para o dia 27 de abril não se realizou por falta de quórum (anexados: convocação, lista de presença e termo de reunião às fls. 125 a 128).

25/04/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Apresentados os Requerimento nºs 1 a 4 pela Deputada Margarida Salomão, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 116 a 124).

25/04/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 27 de abril de 2017.

22/03/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Prorrogado por sessenta dias o prazo de vigência da Medida Provisória pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 14, de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 21/03/2017, nos termos do art. 10, § 1º da Resolução nº 1/2002-CN (fl. 115)

17/03/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Recebido o Ofício nº 201/2017/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando ao Presidente da Comissão Mista que o prazo final para o recebimento da MPV nº 763/2016 por aquela Casa é no dia 12 de maio de 2017 (fl. 114).

14/03/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Recebida Nota Técnica nº 62/2016, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 109 a 113)

08/03/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleitos o Deputado Zé Carlos para Presidente e o Senador Randolfe Rodrigues para Vice-Presidente; e designados Relator o Senador Ataídes Oliveira e Relator-Revisor o Deputado Daniel Coelho.

Aprovada a ata da 1ª Reunião.

Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV763-2016, do Senador Paulo Rocha, Presidente Eventual, e do Deputado Zé Carlos, Presidente Eleito, comunicando o resultado da 1ª Reunião (anexados Convocação, lista de presença e

TRAMITAÇÃO

Ofício nº 001 às fls. 105 a 108).

06/03/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 8 de março de 2017.

14/02/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação: Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria por meio do Ofício nº 54-CN, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN (fl. 104).

08/02/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 40 (quarenta) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Luis Carlos Heinze 001; 002; 003; Deputado Jerônimo Goergen 004; Deputado Dilceu Sperafico 005; 006; Deputado Weverton Rocha 007; Deputado Carlos Zarattini 008; 009; 010; Deputado Patrus Ananias 011; 012; 013; 014; Senador Ronaldo Caiado 015; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame 016; 017; 018; 024; Deputado Alexandre Baldy 019; Deputado Danilo Cabral 020; Deputado Rodrigo Martins 021; 026; 027; 028; Deputado Heitor Schuch 022; 038; 039; Deputado Assis Carvalho 023; Deputado Paulo Pereira da Silva 025; Deputado Severino Ninho 029; Deputada Creuza Pereira 030; 031; 032; 033; 034; 035; Deputado João Fernando Coutinho 036; 037; e Deputado Zé Carlos 040 (fls. 16 a 103).
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 09/02/2017.

Publicado no DCN Páginas 2215-2302

07/02/2017 CMMPV 763/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aguardando recebimento de emendas perante a Comissão Mista, nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

06/02/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: (Ação Legislativa referente a publicação no DCN de 09/02/2017)

O Senhor Presidente da República adotou e publicou no Diário Oficial da União a presente Medida Provisória.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída, em 06 de fevereiro de 2017, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria correspondente.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação estão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional e serão publicados no Diário do Congresso Nacional.

As matérias estão publicadas em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(São os seguintes os expedientes recebidos:

- Ofício nº 21, de 02 de fevereiro de 2017, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados; e

- Ofício nº 13, de 02 de fevereiro de 2017, da Líder do PSB na Câmara dos Deputados.)

Publicado no DCN Páginas 34-39

06/02/2017 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação no Diário do Congresso Nacional de 09/02/2017. Designação da Comissão Mista e comunicação do calendário para tramitação da matéria.

26/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

TRAMITAÇÃO

Ação: Juntada a Mensagem nº 694 de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 763, de 22 de dezembro de 2016 (DOU de 23/12/2016), às fls. 03 a 09.

23/12/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Publicação no DOU: 23-12-2016
 - Emendas: até 07-02-2017;
 - Prazo na Comissão: *;
 - Remessa do processo à CD: -;
 - Prazo na CD: até 01-03-2017 (até o 28º dia);
 - Recebimento previsto no SF: 01-03-2017;
 - Prazo no SF: de 02-03-2017 a 15-03-2017 (42º dia);
 - Se modificado, devolução à CD: 15-03-2017;
 - Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-03-2017 a 18-03-2017 (43º ao 45º dia);
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-03-2017 (46º dia);
 - Prazo final no Congresso: 02-04-2017 (60 dias).
- * A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012).

23/12/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Ação: Este processo contém 2 (duas) folhas numeradas.

Publicado no DOU Páginas 13

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 763/2016

Data: 26/12/2016

Autor: Presidência da República

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem nº 694 de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 763, de 22 de dezembro de 2016 (DOU de 23/12/2016), às fls. 03 a 09.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

Quadro Comparativo

Data: 26/12/2016

Autor: Congresso Nacional

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem nº 694 de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 763, de 22 de dezembro de 2016 (DOU de 23/12/2016), às fls. 03 a 09.

Descrição/Ementa: Legislação X MPV

Avulso inicial da matéria

Data: 26/12/2016

Autor: -

DOCUMENTOS

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem nº 694 de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 763, de 22 de dezembro de 2016 (DOU de 23/12/2016), às fls. 03 a 09.

Descrição/Ementa: Avulso da matéria

Sumário Executivo

Data: 26/12/2016

Autor: -

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: Juntada a Mensagem nº 694 de 2016, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 763, de 22 de dezembro de 2016 (DOU de 23/12/2016), às fls. 03 a 09.

EMENDA 1 - MPV 763/2016

Data: 02/02/2017

Autor: Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Acrescente-se o seguinte artigo ao texto da Medida Provisória 763, de 2016:

EMENDA 2 - MPV 763/2016

Data: 02/02/2017

Autor: Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: O parágrafo 22 do Artigo 20 da Lei nº 8.036/90, incluído pela Medida Provisória 763/16, passa a vigorar com a seguinte redação:

EMENDA 3 - MPV 763/2016

Data: 02/02/2017

Autor: Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Acrescente-se o seguinte artigo ao texto da Medida Provisória 763, de 2016:

EMENDA 4 - MPV 763/2016

Data: 02/02/2017

Autor: Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: EMENDA ADITIVA Inclua-se onde couber o seguinte artigo na Medida Provisória nº 763, de 22 de dezembro de 2016: Art. 1º Inclua-se o art. 5º-C a Lei n.º 10.260, de 12 de julho de 2001: Art. 5º-C. Os valores dos contratos de financiamento estudantil poderão ser amortizados com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, do trabalhador quando estudante ou em benefício de seus dependentes legais (NR). Art. 2º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIX: Art. 20. XIX - pagamento de financiamento público estudantil contratado pelo trabalhador ou seus dependentes legais"(NR)

EMENDA 5 - MPV 763/2016

Data: 02/02/2017

Autor: Deputado Federal Dilceu Sperafico (PP/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Art. 1º Revoga-se o inciso I do art 155 do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Art. 2º O art. 200 do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 200 - As disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, a fim de atender as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, serão definidas em lei específica, especialmente sobre:

EMENDA 6 - MPV 763/2016

Data: 02/02/2017

Autor: Deputado Federal Dilceu Sperafico (PP/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Acrescenta-se, onde couber, à Medida Provisória: Art. 1º O art. 14 da Lei nº 5.889/73, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 14 Considera-se contrato de safra o que tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária." Art. 2º Revoga-se o parágrafo único do artigo 14 da Lei 5.889/73.

EMENDA 7 - MPV 763/2016

Data: 03/02/2017

Autor: Deputado Federal Weverton (PDT/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à MPV 763/2016:

EMENDA 8 - MPV 763/2016

Data: 03/02/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Dê-se ova redação ao inciso III, do parágrafo 5º, do art. 13, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, alterado pelo artigo 1º da Medida Provisória nº 763/2016.

EMENDA 9 - MPV 763/2016

Data: 03/02/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: O artigo 13 da Lei nº 8.036/1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

EMENDA 10 - MPV 763/2016

Data: 03/02/2017

Autor: Deputado Federal Carlos Zarattini (PT/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Suprima-se do artigo 1º da Medida Provisória nº 763/2016, o dispositivo referente ao parágrafo 7º do art. 13, da lei nº 8.036/1990.

EMENDA 11 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do

DOCUMENTOS

Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 12 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 13 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 14 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 15 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

EMENDA 16 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Acrescenta-se, onde couber, na Medida Provisória nº 763, de 2016, artigo incluindo o inciso XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

EMENDA 17 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Acrescenta-se, onde couber, na Medida Provisória nº 763, de 2016, artigo incluindo o inciso XIX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

DOCUMENTOS

EMENDA 18 - MPV 763/2016

Data: 06/02/2017

Autor: Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Acrescenta-se, onde couber, na Medida Provisória nº 763, de 2016, artigo incluindo o inciso XIX ao art. 20 da Lei nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências."

Composição

Data: 06/02/2017

Autor: Comissão do Congresso Nacional

Local: Plenário do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Composição inicial da Comissão Mista da MPV 763/2016

EMENDA 19 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Alexandre Baldy (PTN/GO)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Acrescenta artigo à Medida Provisória nº 763, de 2016.

EMENDA 20 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Danilo Cabral (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 21 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Rodrigo Martins (PSB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 22 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Heitor Schuch (PSB/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 23 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

DOCUMENTOS

Autor: Deputado Federal Assis Carvalho (PT/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores de FGTS das contas vinculadas dos trabalhadores decorrido 1 (um) ano de seu vínculo.

EMENDA 24 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Emenda à MP 763, de 2016.

EMENDA 25 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Paulo Pereira da Silva (SOLIDARIEDADE/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Insere §8º ao art. 13 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº. 763, de 2016.

EMENDA 26 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Rodrigo Martins (PSB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 27 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Rodrigo Martins (PSB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 28 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Rodrigo Martins (PSB/PI)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 29 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputado Federal Severino Ninho (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 30 - MPV 763/2016

Data: 07/02/2017

Autor: Deputada Federal Creuza Pereira (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 31 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputada Federal Creuza Pereira (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 32 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputada Federal Creuza Pereira (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 33 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputada Federal Creuza Pereira (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 34 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputada Federal Creuza Pereira (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 35 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputada Federal Creuza Pereira (PSB/PE)

DOCUMENTOS

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 36 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputado Federal João Fernando Coutinho (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 37 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputado Federal João Fernando Coutinho (PSB/PE)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 38 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputado Federal Heitor Schuch (PSB/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 39 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputado Federal Heitor Schuch (PSB/RS)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

EMENDA 40 - MPV 763/2016

Data: 08/02/2017

Autor: Deputado Federal Zé Carlos (PT/MA)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

Avulso de emendas

Data: 08/02/2017

DOCUMENTOS

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 40 (quarenta) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Luis Carlos Heinze 001; 002; 003; Deputado Jerônimo Goergen 004; Deputado Dilceu Sperafico 005; 006; Deputado Weverton Rocha 007; Deputado Carlos Zarattini 008; 009; 010; Deputado Patrus Ananias 011; 012; 013; 014; Senador Ronaldo Caiado 015; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame 016; 017; 018; 024; Deputado Alexandre Baldy 019; Deputado Danilo Cabral 020; Deputado Rodrigo Martins 021; 026; 027; 028; Deputado Heitor Schuch 022; 038; 039; Deputado Assis Carvalho 023; Deputado Paulo Pereira da Silva 025; Deputado Severino Ninho 029; Deputada Creuza Pereira 030; 031; 032; 033; 034; 035; Deputado João Fernando Coutinho 036; 037; e Deputado Zé Carlos 040 (fls. 16 a 103).
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 09/02/2017.

Nota Técnica

Data: 14/03/2017

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Recebida Nota Técnica nº 62/2016, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 109 a 113)

Descrição/Ementa: Nota Técnica

REQ 1/2017 - MPV 763/2016

Data: 25/04/2017

Autor: Deputada Federal Margarida Salomão (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Apresentados os Requerimento nºs 1 a 4 pela Deputada Margarida Salomão, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 116 a 124).

Descrição/Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater sobre a MP nº 763/2016, que dispõe sobre regras de remuneração e critérios de movimentação de contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

REQ 2/2017 - MPV 763/2016

Data: 25/04/2017

Autor: Deputada Federal Margarida Salomão (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Apresentados os Requerimento nºs 1 a 4 pela Deputada Margarida Salomão, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 116 a 124).

Descrição/Ementa: Requer a realização de Audiência Pública, para debater a Medida Provisória 763/2016.

REQ 3/2017 - MPV 763/2016

Data: 25/04/2017

Autor: Deputada Federal Margarida Salomão (PT/MG)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Apresentados os Requerimento nºs 1 a 4 pela Deputada Margarida Salomão, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 116 a 124).

Descrição/Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater sobre a MP nº 763/2016, que dispõe sobre regras de remuneração e critérios de movimentação de contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

REQ 4/2017 - MPV 763/2016

Data: 25/04/2017

Autor: Deputada Federal Margarida Salomão (PT/MG)

DOCUMENTOS

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Apresentados os Requerimento nºs 1 a 4 pela Deputada Margarida Salomão, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 116 a 124).

Descrição/Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater sobre a MP nº 763/2016, que dispõe sobre regras de remuneração e critérios de movimentação de contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Relatório Legislativo

Data: 09/05/2017

Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Recebido Relatório do Senador Ataídes Oliveira.

PAR 1/2017

Data: 11/05/2017

Autor: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Realizada a 4ª Reunião da Comissão Mista.

Aprovado o Relatório do Senador Ataídes Oliveira, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 763, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, restando rejeitadas as emendas apresentadas.

Aprovada a ata da 4ª Reunião e das reuniões anteriores.

À SLCN.

(anexados: convocação, lista de presença, decisão da comissão, e atas das reuniões às fls. 145 a 153).

Decisão de Comissão

Data: 11/05/2017

Autor: Comissão do Congresso Nacional

Local: Comissão Mista da Medida Provisória nº 763, de 2016.

Ação Legislativa: Realizada a 4ª Reunião da Comissão Mista.

Aprovado o Relatório do Senador Ataídes Oliveira, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade e pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 763, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, restando rejeitadas as emendas apresentadas.

Aprovada a ata da 4ª Reunião e das reuniões anteriores.

À SLCN.

(anexados: convocação, lista de presença, decisão da comissão, e atas das reuniões às fls. 145 a 153).

Descrição/Ementa: Decisão da Comissão

Autógrafo - Medida

Data: 24/05/2017

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

Avulso inicial da matéria

Data: 24/05/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Medida Provisória nº 763, de 2016

DOCUMENTOS

Ação Legislativa: Recebimento do Ofício nº 499/2017/SGM-P, do Presidente da Câmara dos Deputados, submetendo à apreciação do Senado Federal, a presente matéria.
Comunicação ao Plenário que o prazo de vigência da matéria esgotar-se-á em 1º de junho de 2017.
A matéria será incluída na ordem do dia de amanhã (25/05/2017).